



RELISE

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA SENSIBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA¹

*ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE SENSITIZATION OF CAPITALIST
SOCIETY*

Samara Simon Christmann²

Carise Taciane Cecchetto³

Felipe Cavalheiro Zaluski⁴

Tarcisio Dorn de Oliveira⁵

RESUMO

Sabe-se que a nossa condição de existência é muito rara e praticamente um milagre, deve haver a consciência de que as formas de vida humanas, demais seres e o ambiente, necessitam ser valorizados, tanto quando se pensa no presente, como também, para garantir o meio de existência para as seguintes gerações. Desta forma, o artigo, através de uma pesquisa bibliográfica, tem como objetivo explanar sobre como se deu a relação entre a sociedade e a natureza na Idade Média, durante a Idade Moderna, assim como, elucida de que forma essas ideias impactam na atualidade e como a Contemporaneidade deve buscar soluções para amenizar as adversidades nesse tema. Por fim, direciona-nos a compreender que a ganância desenfreada, aliada com as desigualdades sociais e econômicas são os principais fatores das mazelas ambientais provocadas pelo ser humano e, sobretudo, somente uma política de educação ambiental abrangente e eficiente pode alterar o cenário global.

Palavras-chave: educação, ambiente, sociedade, capital.

¹ Recebido em 20/12/2019. Aprovado em 03/01/2020.

² Universidade Federal de Santa Maria. samara.s.c@hotmail.com

³ Universidade Federal de Santa Maria. carisetcecchetto@hotmail.com

⁴ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.
felipezaluski@hotmail.com

⁵ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.
tarcisio.oliveira@unijui.edu.br



RELISE

21

ABSTRACT

It is known that our condition of existence is very rare and practically a miracle, one must be aware that human life forms, other beings and the environment, need to be valued both when thinking about the present as well as, to ensure the means of existence for the following generations. Thus, the article, through a bibliographic research, aims to explain how the relationship between society and nature occurred in the Middle Ages, during the Modern Age, as well as elucidates how these ideas impact today and how contemporaneity should seek solutions to alleviate the adversities in this theme. Finally, it leads us to understand that unbridled greed, coupled with social and economic inequalities are the main factors in human environmental ills and, above all, only a comprehensive and efficient environmental education policy can change the global scenario.

Keywords: education, environment, society, capital.

INTRODUÇÃO

As ideias construtivas antropocêntricas que se seguiram ao longo da história levaram o homem a perder a sensibilidade com as condições de vidas existentes, além de querer dominá-las. Cita-se aqui como exemplo o desastre socioambiental que ocorreu com o rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG, controlada pela empresa Samarco, em novembro de 2015. Como visto pelo mundo, os rejeitos de lama e mineração atingiram diversas cidades e percorreram o Rio Doce, cuja bacia hidrográfica abastece a população de mais de duzentos municípios e, posteriormente, seguiu para o mar.

Tem-se, neste caso, uma intensa perda da biodiversidade de fauna e flora das regiões afetadas, em que possivelmente espécies endêmicas se extinguíram. Além disso, desencadeou impactos ao turismo e das demais atividades desenvolvidas ali, bem como, obviamente gerou grandes danos às famílias atingidas, às edificações e aos monumentos de eminente relevância cultural. Neste sentido, é preocupante a incapacidade que o homem apresenta de se organizar e se importar com os recursos e as formas de existência



RELISE

alheias, sendo que isso se desenvolve de forma sistêmica e impacta direta ou indiretamente em nossas vidas.

Logo, estamos sob a influência de um modelo de desenvolvimento da modernidade que se baseia na supremacia do homem sobre a natureza e revela-se, mais do que nunca, insustentável. Porém, é reconhecido em muitos países como um passaporte para o progresso, com o auxílio de aparelhos ideológicos usados para garantirem a sua reprodução. De acordo com Layrargues (1998), são inúmeras as evidências de que nos deparamos com um processo de apropriação ideológica. Um exemplo disso são as empresas que por décadas esgotaram os recursos naturais de todas as formas (extraíndo, poluindo e etc.) e são hoje, as que mais se intitulam ecologicamente corretas.

O antropocentrismo e o egocentrismo fazem parte da história do homem, uma vez que, desde sempre, houve a exploração ativa dos recursos naturais e a ganância pelo acúmulo de capital e pertences. Por consequência, a maior parte da população se encontra na classe baixa onde permeia o analfabetismo e os piores índices de conscientização em relação à preservação do meio ambiente, sendo fatores que preconizam qualquer iniciativa de educação ambiental.

METODOLOGIA

O presente artigo introduz opiniões e questionamentos referentes à forma de ocupação, apropriação e exploração dos recursos naturais pela sociedade consumista, salientando-se a educação ambiental como parâmetro de reversão desse cenário. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e descritiva dos dados. Para esse fim, a pesquisa é estritamente bibliográfica vinculada a autores que através de suas obras aprimoram e elucidam a temática pertinente ao escrito em questão.



RELISE

23

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao se pensar na teoria do geocentrismo, muito defendida por Aristóteles, criou-se a ideia de que o Planeta Terra estaria no centro do Universo, com os demais corpos celestes, planetas e o Sol girando ao seu redor. Diante disso, os gregos acreditavam haver uma gravitação ao seu entorno, sendo eles o centro. Assim, viviam conforme os recursos disponíveis no seu território de abrangência e, por isso, acreditavam que se afastando desse centro, o grande perigo seria perder a sua identidade e originar uma separação entre as suas referências e ligações primordiais.

De uma forma semelhante, na era medieval, a curiosa organização feudalista também buscava firmar forças centrípetas para se fortalecerem. Os camponeses trabalhavam para seus senhores em troca da proteção, da alimentação e do direito à moradia, assim sendo, sua economia era de subsistência, onde também predominou o escambo (trocas).

Para a cosmologia tradicional, em específico para os povos andinos, a crença se baseava na ideia de que os processos naturais se desenvolviam em ciclos, em que os anciãos transmitiam todo o seu conhecimento e tradição para as gerações seguintes. Deste modo, sempre existiria uma forma de recompor e refazer os seus sistemas, ou seja, uma forma de garantir a relação homem x meio, sua identidade e sobrevivência.

Porém, com o decorrer do tempo começaram a surgir forças centrífugas, ao se pensar em expansão de território e na busca de novas fronteiras. Assim, cresceram as concepções de desenvolvimento, cujo interesse era da humanidade transcender tudo o que os envolvia, pois somente desta maneira as civilizações (em seus variados aspectos) poderiam avançar.

Desta forma, a modernidade conquista e alcança a sociedade. Sendo essa caracterizada pela audácia em que se busca um mundo aberto, em expansão e voltado para a produção e o consumo de bens e serviços; para a



RELISE

ciência e tecnologia; a informação e o controle do conhecimento; além da alienação, conflitos e incertezas quanto ao futuro.

Neste aspecto, em meio a tanta insegurança e ao se pensar tanto em progresso, o homem se torna em certo ponto egoísta e o elo mantido com a natureza/meio vai perdendo seu valor. Imediatamente, não há controle e limites sobre o uso dos recursos naturais, que são facilmente manipulados pela crescente ganância e pressão do mercado consumista, culminando em graves consequências e na ameaça às espécies, inclusive a humana.

No entanto, o projeto da Modernidade tem um ponto de saturação a partir da metade do século XX, manifestando-se a falta de compreensão e o esgotamento entre a relação sociedade x natureza. Assim sendo, percebe-se um grande problema vinculado à crise ambiental e à desigualdade social e econômica. Por meio da pirâmide da riqueza global (Figura 1), observa-se que uma mínima quantidade da população (cerca de 1%) concentra metade das riquezas globais. Todavia, acrescenta-se que esta mesma parcela é a maior geradora de resíduos e lançadora da mais expressiva quantidade de poluentes ao meio, devido à evidente falta de instrução e, até mesmo, das condições e locais sem infraestrutura que habita.

Em meio a essa questão, também se frisa que na ocorrência das crises econômicas há uma maior concentração dessa riqueza e recursos na “mão de poucos”. Por consequência, os abastados sempre conseguem sair delas mais ricos e fortalecidos, enquanto os pobres se tornam ainda mais desamparados.

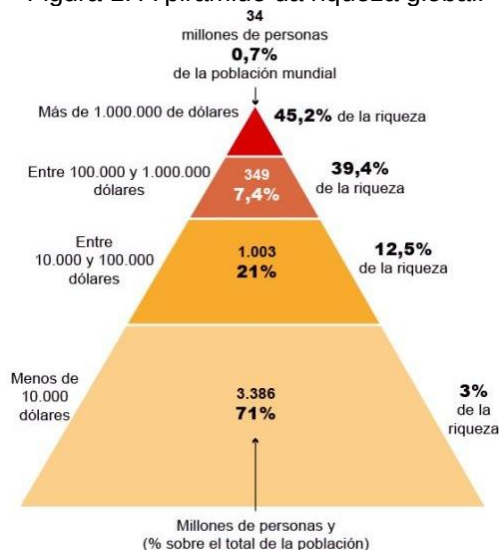
Isso tudo reforça a necessidade de haver uma educação ambiental eficiente, porém, não aquela política criada pelo sistema que mascara a situação ambiental, social e econômica e, de certa forma, impõe mais intenções consumistas à população.



RELISE

25

Figura 1. A pirâmide da riqueza global.



Fuente: Informe sobre Riqueza Global 2015 de Credit Suisse.

EL PAÍS

Fonte: Disponível em < <http://noblato.oglobo.globo.com/geral/noticia/2015/10/1-da-populacao-mundial-concentra-metade-de-toda-riqueza-do-planeta.html> >. Acesso em 04 jun. 2018.

Para se ampliar a compreensão do tema abordado, salienta-se o texto “Nova Atlântida” de Francis Bacon (1561-1626). Principalmente para a época em que ele foi escrito e, mesmo atualmente, ele retrata uma utopia em que se apresenta a tecnologia avançada aliada à ciência, que permitiu ao homem dominar o meio.

Desta forma, a obra narra o desembarque de navegadores em uma ilha desconhecida, Bensalém, cuja civilização era ética, ordenada e dirigida por sábios que ali desenvolviam um centro de pesquisas científicas e tecnológicas, chamada Casa de Salomão. Contudo, o interessante é que a civilização primava pelos direitos igualitários, em que todos deveriam cumprir seus deveres para terem os seus direitos e os recursos necessários para a preservação de seu bem-estar. Assim, acredita-se que esta seria uma civilização ideal da relação tecnológica e harmônica entre o homem e o seu meio, o que não se percebe em nossas condições atuais.



RELISE

Um outro texto, de autoria da Dra. Maria Novo Villaverde, Consultora Internacional da UNESCO, que desenvolve seus estudos no campo da educação ambiental, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, é intitulado “El desarrollo sostenible: su dimensión ambiental y educativa”.

Em sua obra, Maria Novo quer entender como a crise ambiental se faz presente no nosso modelo atual de desenvolvimento (definido pela exploração descontrolada da natureza, condição econômica e social insustentável), para descobrir meios de sair deste conflito.

Por isso, fixa o início da Modernidade com a publicação de “Discurso do Método”, de Descartes em 1637, propondo um modelo quase matemático para conduzir o pensamento humano, justamente pela matemática ser exata e caracterizar a ausência de dúvidas. Logo, Descartes impulsionou a filosofia/verdade pelo caminho da razão, em que seu mundo é de precisão e ordem. Já Bacon dirigiu o pensamento moderno pela observação/experiência (empirismo), também como forma para dominar a natureza.

Neste sentido, a Modernidade nos trouxe inovação, como se podem destacar os avanços em medicina, tecnologia, organização urbana, comunicação e os direitos humanos. Porém, os problemas do mundo moderno foram surgindo dos excessos, da euforia e confiança na tecnologia e na ciência, nos possibilitando “progressos”.

Assim, segundo Villaverde (2006), tem-se consciência de que a sociedade desencadeou uma crise ecológica, por não entender os limites da exploração de recursos e da modificação dos ciclos da natureza, da acumulação de impactos negativos e resíduos; e os limites éticos de desenvolvimento. Portanto, o lema da Modernidade era o crescimento, sem que se importassem os porquês, como e para quem fosse o objeto.

Além disso, a autora ratifica o pensamento moderno como um discurso racional e científico que prima pela razão, pela emancipação da humanidade,



RELISE

pelo conhecimento, além de expor o método científico como a única forma possível de produzir conhecimento válido.

Por isso, Villaverde (2006) cita alguns grandes pesquisadores que impactaram nas suas descobertas e contribuições para a ciência e a tecnologia, além de afetarem a relação homem x natureza. Inicialmente menciona Galileo Galilei (1564-1642), que não considerou haver lugar natural no universo. Para ele haveria somente matéria e movimento, podendo-se ser observado e medido. Neste aspecto alavancou a tecnologia, ao estabelecer de modo natural os vínculos entre conhecimento e manipulação, assim como, a transformação da natureza.

Já Newton (1642-1727), com vista no paradigma mecanicista (natureza como máquina), buscou explicações sobre o movimento dos corpos celestes que obedeciam às leis imutáveis e universais (matemáticas). Para ele os termos matemáticos e mecânicos eram essenciais para descrição do mundo, bem como, relaciona a natureza como algo que pode ser decomposto em peças e ser analisado em partes (porém o mundo é complexo de relações e inter-relações). Por isso, posiciona a ideia de domínio do ser humano sobre o natural, no qual os bens da natureza se transformam em recursos naturais para serem manipulados pela sociedade que domina mais tecnologia e se preocupa menos com o manejo dos recursos (VILLAVERDE, 2006).

Em seguida apresenta John Locke (1632-1704), que defende a ideia de que todo conhecimento se adquire através da experiência, por meio do mecanicismo. Assim, crê que a sociedade é materialista e individualista, pois a razão nos levaria a acreditar na ordem natural das coisas. Ele exhibe o princípio liberal da modernidade, onde o sentido da vida estará na busca do benefício pessoal. Nesta perspectiva, o papel dos governos seria de garantir essa liberdade sem obstáculos com a natureza ou demais seres humanos (VILLAVERDE, 2006).



RELISE

28

Desse modo, ao se chegar à segunda metade do século XVIII (século das Luzes), ocorre o enraizamento da razão e do progresso e, nela, os europeus se convencem que a sua forma de vida representa a civilização por excelência. Enquanto que avançando no século XX essas ideias se amplificam e assim surge a meta de emancipação dos seres humanos.

A partir daí, os gestores embarcam na aventura economicista de tirar proveito e obter rentabilidade da natureza para desenvolver o comércio. Estimula-se a visão moderna de produzir, comprar e vender através da ideia newtoniana mecanicista e, logo, o que importa é a economia de mercado, baseando-se na competitividade, na ordem, no controle e no domínio.

Porém, qual é o êxito do modelo mecanicista e reducionista? Seria a atitude de controle sobre a natureza que advém dos fenômenos históricos/sociais, como por exemplo, o estabelecimento da sociedade industrial e da emergência do modelo econômico liberal? (VILLAYERDE, 2006). Por essa razão, a autora frisa que a sociedade viu com bons olhos a ideia de ordem para dar cientificidade à organização econômica e política que primava o domínio de poucos sobre o resto do mundo e da grande exploração fragmentadora da natureza. No entanto, este é um modelo baseado em rendimentos de curto prazo.

Por isso, Villaverde (2006) introduz que o uso da qualidade de vida com o PIB e da renda per capita de um país, só pretende dar à sociedade a falsa impressão de que o sistema natural destruído tem uma valorização objetiva e poderia ser pago com dinheiro. Neste aspecto, citam-se algumas ideias de progresso que constituíram a problemática ambiental: a desvalorização do presente e da tradição; a ideia que crescer é sempre melhor; e a concepção de natureza como fonte infinita de recursos (VILLAYERDE, 2006).



RELISE

29

Maria Novo expõe que para o padrão de consumo da população, seriam necessários três planetas como o nosso. Mas, adiante, destaca que surgem algumas vanguardas artísticas que provocam a revisão e questionam a coerência do racional e da modernidade.

É neste ponto que uma nova visão de mundo se forma e a autora destaca o modelo que gera cinco monoculturas que dominam o mundo/forma de organização social: do saber científico: os únicos critérios da verdade se encontram na ciência e na cultura moderna; de tempo linear: a história tem um sentido conhecido e único, de formulações (progresso, modernização, desenvolvimento, globalização); das hierarquias: distribuição das pessoas e grupos conforme categorias que apresentam como naturais a hierarquização das diferenças de gênero e etnias; do global/universal: o universalismo é a escala das entidades e realidades que deixam de lado os contextos específicos, sendo as outras escalas irrelevantes; e da eficiência capitalista: o crescimento econômico por meio das forças de livre mercado é um objeto racional inquestionável, visando à produtividade.

Com estas percepções, vem se perdendo muitos vínculos com a natureza e com os princípios da condição integral do ser humano. Porém, Maria Novo acredita no desenvolvimento sustentável como um processo de transformação social, em que podemos recuperar o que se tem abandonado.

Por conseguinte, a autora supracitada entende como ato primordial o resgate de uma vida mais equilibrada, ao reconhecer: a natureza como finita, o valor da biodiversidade, o valor da diversidade cultural, a capacidade de carga dos sistemas, o valor dos sentimentos e emoções, dos saberes cotidiano, a precaução com ensaios tecnológicos, o valor do pequeno e descentralizado, bem como, do comunitário.

Outro ponto a destacar é o termo “produção” (remetente aos processos de bens ou serviços que constituem a finalidade de satisfazer as necessidades



RELISE

30

do ser humano), continuamente utilizado para encobrir as extrações de recursos e das emissões de resíduos, ou seja, constitui-se de um duplo dano ambiental.

A natureza está sendo ameaçada há muito tempo por esses processos produtivos e de consumo desenfreados. Essa aceleração da extração de recursos traz incertezas, com possibilidades de ameaças à vida. Assim se percebe que o nosso modelo de sobrevivência não é nada sustentável e que precisamos buscar um modelo pós-capitalista, ou esse nos levará ao colapso ambiental.

Desta forma, fica claro que o processo da extração de recursos para a produção e consumo de mercadorias, exaltado pelo sistema econômico, causa uma ruptura entre o equilíbrio ecológico em relação com a economia, ao gerar impactos em todos os níveis, assim como, uma grande quantidade de resíduos.

No livro intitulado “La Sociedad del Riesgo Global”, de Ulrich Beck (2002), a proposta do autor nos permite verificar como os conflitos e os riscos refletem as incertezas com as quais a sociedade se encontra, preparar a conscientização da impossibilidade de se controlar tudo e também proporcionar uma reflexão sobre o que se almeja para o nosso futuro.

Logo, associado ao desenvolvimento da ciência e da técnica, entre esses riscos há: os ecológicos, genéticos, químicos, nucleares, industriais, econômicos, jurídicos, científicos e políticos. Em vista disso, este conjunto de danos geraria uma nova forma de capitalismo, de economia, de ordem global, de sociedade e de vida pessoal (BECK, 2002). O autor enfatiza que os riscos ecológicos, políticos e individuais escapam cada vez mais do controle e esses se converteram em uma das principais forças de mobilização política, substituindo as referências de desigualdades de classes, raça e gênero. Por isso, vivemos em uma época de ameaça global e individualista, buscando apenas a auto realização.



RELISE

31

Neste aspecto, releva-se que o quadro da sociedade de risco reconecta as áreas que haviam sido negligenciadas, como: o problema da natureza, a democratização da democracia e o papel no futuro do estado. Deste modo, questiona-se: como poderemos manejar a natureza depois do seu fim? Beck (2002) afirma que a conversão dos efeitos colaterais invisíveis da produção industrial em conflitos ecológicos não é um problema do mundo que nos rodeia, se não antes, uma profunda crise institucional da primeira fase (nacional) da modernização.

Cita-se outra obra, intitulada “Raíces económicas del deterioro ecológico y social”, de José Manuel Naredo. No contexto geral, o autor aborda o problema ambiental como oriundo das condições econômico-financeiras e o seu conflito com a natureza. Assim, Naredo (2010) expõe o afastamento do enfoque de uma “economia de la natureza”, representante da relação de mutualismo entre os seres, para a atual ciência econômica que visa o capital.

O autor também critica o processo de produção/consumo/desenvolvimento a que estamos submetidos. Em um trecho do livro, ressalta que somente em países subdesenvolvidos o aumento da produção pode ser um assunto importante, pois em países desenvolvidos, o necessário do ponto de vista econômico é a melhor distribuição dos recursos.

Enfim, enfatiza-se que o meio ambiente onde vivemos, composto de recursos naturais que são apropriados e (re)produzidos (também geram resíduos), não é mais valorizado, levando-nos a um modelo de sociedade de risco. Então, torna-se necessário reestabelecemos o equilíbrio entre as formas de desenvolvimento e o meio que habitamos, respeitando sempre os demais seres e buscando uma solução fisicamente sustentável ao planeta.

As adversidades advindas da natureza e vivenciadas na atualidade, são resultantes da instabilidade entre os meios político, econômico, cultural e social. Haja vista que não há políticas preservacionistas eficientes, o processo



RELISE

32

de exploração é desenfreado e pouco fiscalizado, reduzindo as ações sustentáveis até mesmo pelos cidadãos e, por fim, ocasionando as mazelas sociais e prejuízos ambientais. Portanto, entende-se que esse ciclo somente poderá ser modificado através do estímulo à Educação Ambiental, iniciando por políticas públicas que desencadeariam um novo cenário de sustentabilidade do planeta.

Neste sentido, apresenta-se a Lei nº 9.795/99, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. No seu Art. 1º, a lei define a Educação Ambiental como:

Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Reconhece-se que ela tem um papel fundamental para o processo educativo, porém, o seu conceito é dotado de um vazio de concepção. Além disso, não está cumprindo o seu papel que, aliás, é muito complexo e não depende somente dos recursos financeiros para subsidiá-la.

Nossa Educação Ambiental se embasa muito na gestão de resíduos, mas até que ponto isso nos conduzirá? Não são apresentadas medidas para se encontrar novos caminhos e, sim, para se reutilizar ou destinar outro fim aos resíduos que já possuímos. Entretanto, o que mais importa são as nossas escolhas e a forma como os métodos são aplicados, do que propriamente o tema, ou seja, aquilo que é realizado.

Conforme Layrargues (1998), a sociedade está de certa forma com uma cortina de fumaça que a impede de ver o desequilíbrio socioambiental do planeta. Logo, a Educação Ambiental crítica e emancipatória também enfrenta barreiras impostas pelos meios de controle na formação de opinião pública, havendo uma filtragem na divulgação do que é relevante para o governo e seus aliados empresariais “econômicos”. Por conseguinte, são as mídias



RELISE

33

paralelas e informais as responsáveis pelos alertas globais referentes à insustentabilidade ocasionada ao planeta.

O controle nos meios de comunicação é evidente, tendo a título de exemplo o caso do rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG, controlada pela empresa Samarco, em novembro de 2015. Imediatamente após a catástrofe ter acontecido, todas as mídias anunciaram o incidente em nível mundial, porém, após quase dois anos, praticamente inexistem notícias sobre as cidades destruídas, as pessoas sem empregos e casas, além da extensão dos desastres ambientais. Será mesmo que as pessoas receberam novas casas, reconstruíram suas vidas, conseguiram novos empregos e o meio ambiente foi recuperado? Evidentemente que não é esse o caso, ao contrário, os rejeitos de lama e mineração continuam poluindo e inviabilizando a vida e o consumo das águas, as populações das cidades atingidas estão recebendo pouco ou quase nada de auxílio pelas moradias, empregos e vidas que foram perdidas, sem falar nos culpados que estão sendo punidos vagarosamente pela justiça brasileira, mas é claro, isso a mídia controlada não divulga, provavelmente por questões de interesse político ou econômico.

Por fim, acredita-se que Educação Ambiental pode ser vista como um espaço de mediação da relação sociedade x natureza e, certamente, é uma característica muito importante nesta transição, permitindo desenvolver mecanismos de interferência nesta realidade, de modo a melhorar a relação consigo mesmo, com o outro, com a sociedade e com a natureza de forma equilibrada. Portanto, desde que a preservação não seja “falsa”, isto é, não apresente ganhos comerciais no interesse pela sustentabilidade, através da educação, estaremos originando um novo modo de existência com o meio ambiente, evitando o colapso do sistema e perpetuando a vida na Terra.



RELISE

34

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo se percebeu que a modernidade foi perdendo o controle sobre o uso dos recursos naturais, ao acompanhar os princípios mecanicistas. Notou-se a necessidade de cortar as raízes com os ideais de desenvolvimento da modernidade e ir ao encontro de uma educação ambiental crítica que nos possa garantir a vida. Por isso, hoje a ciência tenta resolver e equilibrar os problemas gerados nesta época e que continuam a se propagar.

Na verdade, através de todos esses excessos históricos do pensamento, pode-se compreender e interpretar o desencadeamento da crise ambiental. Para isso, salienta-se a importância de conciliar as necessidades de desenvolvimento humano com o que o planeta nos oferece. Mas a dificuldade está em nossos discursos passarem do plano teórico e alcançarem as bases de nossa sociedade e, de fato, alterarem-se os hábitos de dominação do meio ambiente para atos mais éticos e ecológicos em relação a ela. Logo, grandes mudanças serão necessárias para se alcançar a sustentabilidade, dando ênfase à mudança de percepção do mundo e de atitudes de respeito aos seus limites (VILLAVERDE, 2006).

Dessa forma, é notório que a educação como um todo é a ferramenta para transformação da sociedade, todavia, não basta a implementação especificamente da Educação Ambiental nos currículos no ensino básico, médio e superior se não houver o engajamento do conteúdo com a realidade dos alunos, ou seja, a vivência e a prática do que se ensina.

Infelizmente também se sabe que o conhecimento imposto pouco sensibiliza, porém somente a partir do momento que somos acometidos pelas catástrofes que ocasionamos, por exemplo, através de desmoronamentos, enchentes, alagamentos e rompimento de barragens é que de fato começamos a agir, no entanto, ainda há tempo de remediar o que provocamos e assumir posturas mais ativas em prol da sustentabilidade do planeta.



RELISE

35

Dessa forma, não adianta a imposição de políticas de preservação ambiental para os cidadãos nas instituições de ensino, enquanto o governo continua a apoiar as grandes indústrias na exploração dos recursos, assim como, não resolve impor a preservação enquanto a maior parte da população ainda vive em condições calamitosas e com severa desigualdade social, pois essas são ações falhas e improdutivas advindas de posturas de mediação e não de resolução dos problemas.

REFERÊNCIAS

BACON, Francis. **Nova Atlântida**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BECK, Ulrich. **La Sociedad del Riesgo Global**. Madrid: SigloVeintiuno, 2002.

BRASIL. **Lei nº9.795 de 27 de abril de 1999**. Disponível em: Acesso em: 18/11/2019.

LAYRARGUES, P.P. A Cortina de Fumaça. **O discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica**. São Paulo: Annablume, 1998.

NAREDO, J.M. **Raíces económicas del deterioro ecológico y social**. Madrid: Siglo XXI, 2010.

VILLAYERDE, Maria Novo. **El Desarrollo Sostenible: su dimensión ambiental y educativa**. Madrid: McGraw Hill, 2007.